

Presidente da Petrobrás fala na CAE

A CAE ouviu hoje, a partir das 17h, o presidente da Petrobrás, Joel Rennó. Pág. 2

O plenário discutiu ontem dezenas de destaques e realizou 14 votações nominais



Senado vota fim do IPC na semana que vem

Plenário encerra a apreciação, em primeiro turno, da reforma da Previdência. Cai dispositivo que tornava permanente a CPMF. Magistrados podem ter regras especiais de aposentadoria

Disparidade na liberação de recursos

Enquanto Rio e São Paulo já receberam 14% e 17% dos recursos programados no Orçamento de 97, a Paraíba só teve liberados 3% até agora, enquanto o Amapá nada obteve. A denúncia é de Ney Suassuna. Página 7



Municípios pedem socorro a ACM

Líderes municipalistas de todo o país pediram ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apoio na negociação em busca de compensações para as perdas com o FEF. Antonio

Carlos prometeu colaborar. A comissão que estuda o endividamento dos estados e municípios realizou sua última audiência pública. Carlos Patrocínio disse que 2.800 municípios estão "quebrados". Pág. 6

Durante cinco horas e 40 minutos, os senadores discutiram ontem dezenas de destaques e fizeram 14 votações nominais, quando se decidiu não colocar na Constituição qualquer referência ao Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que na próxima semana os senadores votarão projeto que extingue o IPC.

O plenário derrubou artigo que tornava permanente a CPMF para financiar a seguridade social. Foi aprovada emenda que permitirá aos magistradores terem regras de aposentadoria diferentes das dos demais servidores públicos.

A reforma da Previdência ainda será votada pelo Senado em segundo turno antes de retornar à apreciação da Câmara. Páginas 3 a 5

FHC deve ouvir crítica, diz Odacir

Indiferença pode tornar-se "pedra de tropeço ao projeto de reeleição", adverte senador. Pág. 8

CAE ouve hoje presidente da Petrobrás

João Rocha recebe Homero Santos

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, João Rocha (PFL-TO), recebe hoje, às 15h, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Homero Santos, que lhe entregará relatório

geral das auditorias realizadas em 1996 sobre as obras constantes como prioritárias no Orçamento de 97. Os dois também acertarão detalhes para trabalho conjunto da comissão com o tribunal.

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por José Serra (PSDB-SP), reúne-se hoje, às 17h, para ouvir exposição do presidente da Petrobrás, Joel Mendes Rennó, que abordará questões relativas ao Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Antes, às 10h, a CAE também estará reunida para apreciar diversas matérias, destacando-se mensagens do Executivo solicitando autorização para empréstimos externos destinados ao Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo

Ministério do Exército.

A CAE aprecia ainda projeto de Flaviano Melo (PMDB-AC) que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; e outro de Júlio Campos (PFL-MT) que dispõe sobre a compensação, em impostos federais, do Imposto Territorial Rural pago em excesso.

EDUCAÇÃO

A Comissão de Educação, presidida por Joel de Hollanda (PFL-PE), reúne-se, às 10h, para apreciar, entre outros, projeto oriundo do Executivo que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que cria, nas entidades titulares de concessão ou per-

missão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; e do senador Flaviano Melo, que inclui noções sobre direitos da criança e do adolescente e sobre defesa contra violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio.

CCJ

Também às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida por Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se para apreciar extensa pauta, onde figura proposta de emenda de José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; e de Carlos Patrocínio (PFL-TO), que torna o voto facultativo.

Biblioteca lança livro

A Biblioteca do Senado promove hoje, às 18h, o lançamento do livro *O Conflito entre Tratado Internacional e Nor-*

ma de Direito Interno, de autoria da professora Mirtó Fraga, com apresentação do senador Josaphat Marinho.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Despachos internos

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "PLC nº 23/97, que acrescenta parágrafo ao art. 2º do Decreto-Lei nº 2.236/85, que altera a tabela de emolumentos e taxas aprovada pelo art. 131 da Lei nº 6.815/80; e "Parecer nº 442/97, sobre a Indicação nº 8/95, de autoria do senador José Agripino, que solicita estudos visando à instalação do Sistema de Transmissão Venezuela-Brasil de utilização de energia, concluindo favoravelmente à execução e ao caráter urgente da referida obra

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art.199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 24/96, que atribui competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria do Direito Penal e Processual Penal; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Mensagem nº 153/97 (não terminativa), que encaminha solicitação de autorização para contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 375,05 milhões, de principal, entre o Brasil e o Brasileiro American Merchant Bank, destinada ao financiamento do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre a ser executado pelo Ministério do Exército; e "Mensagem nº 154/97 (não terminativa), que encaminha solicitação de autorização para contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 236,59 milhões, de principal, entre o Brasil e o Brasileiro American Merchant Bank, destinada ao financiamento do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre a ser executado pelo Ministério do Exército; "PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; "PLS nº 46/96-Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; "PLS nº 122/96 (terminativo), que dispõe sobre a compensação do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural pago em excesso, com impostos federais; "PLS nº 313/95

(terminativo), que regulamenta o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro; e "PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; "PLS nº 110/95 (terminativo), que cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; "PLS nº 230/96 (terminativo), que inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio; e "PLS nº 105/97 (terminativo), que inscreve o nome de Chico Mendes no Livro dos Heróis da Pátria. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Orçamento

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PL nº 15/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 610,23 mil, para os fins que especifica; "PL nº 16/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial até o limite de R\$ 2,61 milhões, para os fins que especifica; "PL nº 20/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito no valor de R\$ 4,12 milhões, para os fins que especifica; "PL nº 21/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito especial até o limite global de R\$ 500,60 ml, para os fins que especifica. Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados

17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do presidente da Petrobrás, Joel Mendes Rennó, sobre questões relativas ao Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

15h - O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, senador João Rocha, recebe, em seu gabinete, o presidente do Tribunal de Contas da União, Homero Santos, que entrega o relatório geral das auditorias realizadas pelo TCU em 96, no que diz respeito às obras constantes como prioritárias no Orçamento de 97, e acerta detalhes sobre o trabalho em conjunto com a comissão.

18h - Lançamento do livro *O Conflito entre Tratado Internacional e Norma de Direito Interno*, de autoria da professora Mirtó Fraga, com apresentação do senador Josaphat Marinho. Biblioteca do Senado

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes do Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helvílio Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

Repórteres da Agência Senado - Alessandra Rocha, Anoushe Silveira, Antonio Caraballo, Beatriz Mendonça, Bernadete Barboza, Domingos Mourão, Eli Teixeira, Fábio Lino, Gilberto Campos, Graça Henriques, Jorge Frederico, Lúcio Leal, Márcia Magalhães, Monica Cocus, Paulo Henrique Bezerra, Rafael Paixão, Risia Nardelli, Sueli Bastos e Teresa Cardoso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Oscar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o País.

www.senado.gov.br

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

ACM: mostramos que podemos acabar com o IPC

O plenário encerrou ontem a votação em primeiro turno da reforma da Previdência. Durante quase seis horas discutiram-se dezenas de destaques e fizeram-se 14 votações nominais. A reforma será votada em segundo turno, antes de ser enviada à Câmara.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que na próxima semana será votado projeto da

foi aprovada emenda que permitirá aos juízes terem regras de aposentadoria diferentes dos demais servidores públicos. O plenário não concordou com a CCJ e derrubou artigo que criava, de forma permanente, a CPMF, para financiar a seguridade social. Nas 14 votações nominais de destaques, os senadores rejeitaram tentativas de reintroduzir no texto da reforma dispositivos aprovados no ano passado pela Câmara e excluídos do substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE).

O destaque que retirou do substitutivo qualquer referência ao IPC, de autoria do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), foi aprovado por 65 votos contra sete e duas ausências. Com isso, será possível promover mudanças no IPC em lei ordinária, que exige menor número de votos. O



Os senadores mantiveram a CPMF provisória e aprovaram a emenda sobre aposentadoria de magistrados

Contribuição para a saúde continua temporária, juízes ganham regras diferentes e o fim do IPC fica para a próxima semana

Câmara que acaba com o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). "O Senado deu hoje uma demonstração inequívoca de que não aceita a continuidade do IPC", afirmou Antonio Carlos.

Na votação dos destaques,

senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, tentou aprovar, sem êxito, emenda que pretendia extinguir imediatamente o IPC. Dutra afirmou que o projeto que será colocado em votação na próxima semana prevê o fim do IPC, mas também

trata de um novo plano de seguridade para os parlamentares.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) informou ao plenário que na próxima terça-feira, às 10 horas, se reunirão conjuntamente CCJ, CAE e CAS para apreciar o projeto

sobre o IPC.

Discutiram a emenda sobre o instituto, além dos autores da emenda e do destaque, os senadores Carlos Wilson (PSDB-PE), Jáder Barbalho (PMDB-PA) e Edison Lobão (PFL-MA) - que preside o IPC.

PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO APROVADO EM 1º TURNO

■ Proibe que servidor aposentado ou militar da reserva receba salário de governo, exceto se for em cargo de livre nomeação e exoneração ou casos em que a Constituição permite (médico, professor). Também fica excluída a remuneração de cargos eletivos. A soma não poderá superar o teto salarial do serviço público (a ser fixado pela reforma administrativa em R\$ 12.720,00). Servidores não poderão receber duas aposentadorias de governo.

■ A idade mínima para pedir aposentadoria será de 60 anos para homem e 55 para mulher, para quem ainda não está trabalhando. O tempo de contribuição será de 35 anos para homem e 30 para mulher.

■ Para quem já trabalha, haverá uma fase de transição,

onde a idade mínima será de 53 anos (homem) e 48 anos (mulher). Nessa fase de transição, no entanto, haverá um acréscimo de 20% no tempo que falta para completar 35 anos de serviço (homem) ou 30 anos, no caso de mulher. Ex.: quem falta 10 anos para se aposentar, trabalhará dois anos a mais (20%). Para pedir aposentadoria proporcional, quem já trabalha terá um acréscimo de 40% no tempo ainda a ser trabalhado. Não haverá aposentadoria proporcional para quem ainda não contribuiu.

■ Cria um redutor de até 30% nos proventos de servidor público que pedir aposentadoria. Só terá aposentadoria integral funcionário público que ganha até R\$ 1.200,00. Nenhum servidor poderá passar à aposentadoria com salário maior que sua remuneração

na ativa.

■ União, estados e municípios ficam autorizados a criar previdência complementar para seus servidores efetivos. Se o fizerem, poderão limitar a aposentadoria de seus servidores ao máximo de R\$ 1.200,00. Lei complementar vai fixar as normas gerais para a previdência complementar de servidores públicos.

■ Juízes poderão ter aposentadorias diferenciadas dos demais servidores públicos. Lei complementar disporá sobre o regime previdenciário dos militares.

■ Professor de ensino infantil, fundamental ou médio poderá se aposentar cinco anos antes dos outros trabalhadores. Professores universitários terão de cumprir as mesmas exigências dos outros trabalhadores.

■ Aposentados e pensionistas terão os mesmos reajustes dados aos funcionários da ativa. Também receberão, como já acontece, quaisquer benefícios e vantagens concedidos aos ativos.

■ Quem já tiver tempo de serviço para se aposentar pela atual legislação poderá pedir o benefício mesmo depois da reforma da Previdência, a qualquer tempo.

■ Servidor só poderá pedir aposentadoria se tiver no mínimo 10 anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria. Se ele não somar esse tempo de serviço público, mas já tiver 35 anos de contribuição (ou 30, no caso de mulher) e apresentar a idade mínima exigida não precisará mais pagar a contribuição previdenciária enquanto continuar na

ativa. Mas quem já é servidor público (fase de transição) só precisa comprovar cinco anos no cargo se apresentar requisitos mínimos para pedir aposentadoria.

■ Dentro de dois anos, nenhuma estatal poderá contribuir para o fundo de pensão dos empregados mais do que a parcela que cabe a cada funcionário.

■ Até que uma lei discipline o salário-família e o auxílio-reclusão para servidores, segurados e dependentes, esses benefícios só serão concedidos a quem ganha até R\$ 360,00 por mês.

■ O teto para os benefícios da Previdência passará a ser de R\$ 1.200,00 (desvinculado do aumento do salário mínimo). Esse teto será corrigido "de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real".

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

CPMF não perde o caráter provisório

Magistrado pode ter regra especial de aposentadoria

Por 59 votos a favor, 10 contra e uma abstenção, o Senado aprovou ontem a possibilidade de os magistrados terem regras especiais de aposentadoria. A emenda é de autoria do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e deixa explícito que as normas sobre a aposentadoria dos servidores públicos civis serão aplicadas às aposentadorias e pensões dos magistrados apenas "no que couber".

José Ignácio Ferreira argumentou que sua proposta envolvia uma questão de prerrogativas e de predicamentos da magistratura, e leu carta do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello, ao presidente da Associação Brasileira de Magistrados, desembargador Paulo Medina, com a informação de que a maioria dos ministros do STF era favorável à emenda de autoria do senador.

Contrário à emenda, o senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que o que estava sendo tratado era a questão da aposentadoria dos funcionários públicos civis, e não questões judiciais ou predicamentos da magis-

tratura: "Estamos tratando da Previdência, e isso independe dos Poderes".

Também contrário à proposta de José Ignácio, o líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), declarou que, após o juiz se aposentar, ele é um funcionário público como outro qualquer, "até porque ele não é proibido de advogar depois que se aposenta".

- Estamos tratando da Previdência Social pública. Se o magistrado quer ter o mesmo salário, deve entrar no sistema de previdência complementar - assinalou.

Outro senador que se manifestou contra a emenda foi José Serra (PSDB-SP), para quem a proposta "cria uma exceção que vai dificultar a aplicação das normas aqui estabelecidas para outros casos".

- Se começamos abrindo exceções, estaremos frustrando esta reforma que se pretende fazer - frisou.

A proposta assegurando tratamento diferenciado para os magistrados recebeu, no encaminhamento da votação, o apoio dos senadores Espiridiano Amin (PPB-SC) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O plenário do Senado decidiu ontem retirar do texto da reforma da Previdência dispositivo que conferia caráter permanente à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A decisão foi adotada a partir de pedido de destaque apresentado pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN). Vinte e um senadores votaram pela manutenção do artigo do substitutivo do relator, senador Beni Veras (PSDB-CE), mas 41 concordaram com Bezerra, para quem a cultura brasileira tem o "mau hábito" de tornar permanente o que é provisório.

Fernando Bezerra argumentou que o imposto em cascata é nocivo à economia, gerando um percentual no produto que retira os brasileiros da concorrência mundial. Já o senador Roberto Freire

Bezerra: mania de tornar permanente o que é provisório é hábito cultural



(PPS-PE) argumentou que o caráter permanente da CPMF era importante para o financiamento da seguridade social.

Na mesma sessão, o Senado manteve a receita da empresa como uma das fontes de financiamento da seguridade social, rejeitando proposta do

senador Fernando Bezerra que pretendia manter apenas o faturamento como fonte. Também foi mantido dispositivo segundo o qual incluíam-se na cobertura da Previdência Social os eventos de doença, invalidez e morte resultantes de acidentes do trabalho.

Fracassa a tentativa de resgatar o texto da Câmara

O plenário do Senado rejeitou ontem todos os destaques para votação em separado apresentados com a intenção de reintroduzir no texto da reforma da Previdência Social dispositivos aprovados na Câmara dos Deputados e excluídos do substitutivo do senador Beni Veras.

Emenda de autoria da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), destacada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), propunha a manutenção da aposentadoria por tempo de serviço. A alegação era a de que a reduzida expectativa de vida e os baixos salários forçam uma entrada precoce no mercado de trabalho, de modo que a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria não seria justificável.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), por sua vez, tentou restabelecer o reconhecimento, como tempo

de contribuição, do tempo de serviço com comprovação de vínculo empregatício, do tempo de serviço militar obrigatório e do tempo de gozo dos benefícios de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente, salário-maternidade e seguro-desemprego.

Ao propor a eliminação do redutor de 30% para proventos de aposentadoria superiores ao limite de R\$ 1.200,00 fixado para a concessão de benefícios do regime geral de previdência, a senadora Emília Fernandes buscou reintroduzir um tratamento paritário a todos os níveis salariais por ocasião da concessão de aposentadoria.

Já a senadora Júnia Marise (PDT-MG) não obteve aprovação para sua proposta de manter o atual regime de aposentadoria especial para os professores de nível superior.

BENEFÍCIOS

Por 47 votos contrários e 17 favoráveis, o plenário do Senado também rejeitou emenda destacada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) para retirar da reforma previdenciária a fixação constitucional do valor de R\$ 1.200,00 como teto máximo para os benefícios do regime geral de previdência social.

Na justificativa da proposta, Dutra considerou "inusitada" a determinação de um valor monetário no texto constitucional e alertou para a possibilidade de esse valor perder a referência usada para sua determinação: um salário mínimo. Na sua opinião, a lei previdenciária deveria simplesmente fixar que o teto de contribuição e benefícios seria equivalente a 10 vezes o piso de benefícios da Previdência Social.



José Ignácio: o presidente do STF admitiu em carta vitória de sua emenda

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Elcio avalia que milhões de brasileiros estão garantidos

Encerrada a votação do primeiro turno da reforma da Previdência, o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), disse ontem ter a consciência tranquila de que milhões de aposentados brasileiros têm, a partir de agora, "a certeza de receber futuramente aquilo que lhes é devido pelo tempo de trabalho executado".

Em sua opinião, a reforma relatada por Beni Veras (PSDB-CE) "tem alcance tão extraordinário que permitirá à Previdência sair desse caos em que nos encontramos no



Elcio Alvares: "tarefa de vulto"

momento". Ele expressou ao relator o sentimento de todos os que testemunharam seu trabalho, definindo-o como "uma tarefa de vulto, uma das tarefas mais difíceis deste Senado".

Benedita acusa direitos "esmagados"

Benedita da Silva (PT-RJ) criticou ontem o texto da reforma da Previdência votado na última terça-feira (dia 23) pelo Senado, por entender que houve um "esmagamento" dos direitos da maioria dos trabalhadores.

- Que Previdência queremos? Uma Previdência sem cunho social, olhando só os custos da União, tirando de quem já contribuiu? O que nos levou a votar, tirando direitos das pessoas? - indagou.

Para a senadora, faltou aos senadores a compreensão de que os trabalhadores brasileiros sempre pagam a conta. Ela questionou se o que os orien-



Benedita: golpe no trabalhador

tou a aprovar o texto de Veras foi a necessidade de sustentação da reforma do ponto de vista de Fernando Henrique Cardoso, ou se foram a consciência e o conhecimento de que era preciso uma reforma profunda no setor, levando-se em consideração os interesses dos trabalhadores.

Tebet não aceita CPMF permanente

Nos debates que antecederam a votação dos destaques apresentados ao substitutivo à reforma da Previdência Social, Ramez Tebet (PMDB-MS) posicionou-se contra a proposta do senador Roberto Freire (PPS-PE) que pretendia transformar em permanente a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Ele defendeu uma urgente e profunda reforma tributária que livre o país dos "constantemente impostos provisórios e dê

O líder disse que "o substitutivo votado honra a Casa", e louvou o fato de todo o Brasil saber do posicionamento dos senadores "em relação aos aposentados, em relação ao direito adquirido e em relação aos direitos fundamentais que estavam em torno da Previdência".

Pouco antes, Jádler Barbalho (PA), líder do PMDB, afirmou que a proposta aprovada pelos senadores era um avanço, lembrando que foram respeitados direitos e garantias de servidores, aposentados e pensionistas.

- Eu, com 55 anos de idade, desde cedo no trabalho, não posso comprovar o tempo de serviço, não posso me aposentar mesmo que esteja no mercado de trabalho desde os 7 anos de idade. E as domésticas, que só com a Constituição tiveram o reconhecimento de sua categoria profissional? - frisou.

Ela aproveitou para defender a aposentadoria especial de aerôviários e aeronautas - devido aos problemas de saúde enfrentados por esses profissionais, como labirintite, envelhecimento precoce e distúrbios psicológicos -, reivindicando que Ney Suassuna (PMDB-PB) apoie.



Valadares: máfia de sonegadores

Valadares vê dificuldade em comprovação

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou ontem para a distorção que poderá resultar da exigência de comprovação do recolhimento da contribuição e não do tempo de serviço para efeito de aposentadoria, tendo em vista a sonegação frequente por parte das empresas. No seu entender, não há garantias de que o trabalhador poderá comprovar seus direitos.

Ele acusou a existência de "uma verdadeira máfia de sonegação fiscal por parte de empresas privilegiadas".



Lúdio: gastos compatíveis

Lúdio acha que foi o "possível"

Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse ontem que o Senado está fazendo a reforma da Previdência possível, não a desejada. Conforme salientou, é preciso que a sociedade entenda que o Brasil, por ser uma nação em desenvolvimento, deve ter seus serviços públicos compatíveis com a receita da União.

Ele destacou que os senadores estão votando a reforma de acordo com sua consciência e pensando nos interesses do país. Lúdio elogiou o relatório de Beni Veras (PSDB-CE).



Tebet: carga tributária excessiva

equilíbrio às receitas da União, estados e municípios".

Tebet lembrou as perdas que os estados estão enfrentando com a isenção de ICMS em produtos de exportação (conhecida como Lei Kandir), além das dificuldades com o FEF (Fundo de Estabilização Financeira).

- A sociedade já não agüenta a carga tributária que se lhe impõe e pede um basta aos impostos provisórios - enfatizou Ramez Tebet. Em relação à questão da previdência, o



Júnia: "a toque de caixa"

Para Júnia, Senado fica devendo

Júnia Marise (PDT-MG) considerou ontem que o Senado vai ficar devendo uma verdadeira reforma da Previdência à sociedade. Em sua opinião, a matéria deveria ter sido mais discutida junto à população, como foi feita em países europeus, em vez de debatê-la "a toque de caixa".

- O Senado abriu suas portas para discutir a reforma da Previdência, que vai mexer com a vida de milhões de brasileiros? - questionou.

Para Júnia Marise, uma verdadeira reforma previdenciária deveria abordar questões como as isenções fiscais e o combate à sonegação. "Eu nunca me neguei a discutir a questão, mas eu defendo uma reforma que não retire os direitos dos trabalhadores e aposentados e não essa que se está votando, que os está penalizando", frisou.

Ela criticou a declaração do ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, de que o brasileiro vive mais hoje e, por isso, poderia se aumentar o tempo de contribuição. "Uma reforma séria não pode ser baseada em futurologia", afirmou.

Júnia lembrou que, no texto inicial da reforma da Previdência, não estava prevista a paridade entre os ativos e os inativos, mas emenda de sua autoria, aprovada pelo relator, restabeleceu esse dispositivo.

Na opinião da senadora Júnia Marise, o governo federal estimula os trabalhadores a procurarem a previdência privada, o que a seu ver é uma distorção das atribuições do Estado.

Prefeitos de todo o país apelaram ao senador Antonio Carlos Magalhães por uma compensação aos prejuízos provocados pelo Fundo de Estabilização Fiscal, cuja prorrogação, aprovada na Câmara, tramita no Senado

Perdas com FEF alarmam municípios

Acompanhados pelos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Freitas Neto (PFL-PI), líderes municipalistas de todo o país foram recebidos pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ontem, pedindo-lhe apoio nas negociações com o governo federal em busca de compensações para as perdas que os estados e municípios estão tendo com o Fundo de Estabilização Financeira (FEF).

Antonio Carlos Magalhães prometeu colaborar na busca

de um entendimento político que ofereça essa perspectiva de compensação aos municípios. A proposta de emenda constitucional que prorroga o FEF já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado, tendo como relator o senador Renan Calheiros.

De acordo com o relator, os municípios contam receber "alguma compensação financeira, melhores condições na questão do INSS e a ampliação do número de localidades beneficiadas pelo programa

Comunidade Solidária". Na avaliação de Calheiros, os entendimentos com o governo federal deverão resultar em algum alívio para os municípios, cujas receitas estão parcialmente comprometidas pelo Fundo de Estabilização Financeira.



Antonio Carlos Magalhães prometeu aos municipalistas empenho na busca de solução

Patrocínio: 2.800 cidades estão "quebradas"

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), presidente da Comissão Especial Temporária do Senado encarregada de examinar a questão do endividamento dos estados e municípios, afirmou que cerca de 2.800 municípios brasileiros estão "literalmente quebrados e sem qualquer condição de cumprir seus compromissos, porque vivem basicamente dos repasses constitucionais".

A afirmação do senador foi feita, em entrevista, após conduzir a última audiência pública promovida pela comissão, que se reuniu para ouvir o presidente da ABM (Associação Brasileira de Municípios), deputado Welson Gasparini (SP), o presidente da AMM (Associação Mineira de Municípios) e prefeito de Teófilo Otoni, Edison Soares, e o presidente do Ibam (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), Carlos Alberto de Oliveira, bem como



A comissão realizou ontem a última audiência pública

Raimundo Nonato Gomes e Tito Belchior, ambos técnicos do TCU (Tribunal de Contas da União).

- A comissão foi fundo em sua função de examinar a rolagem das dívidas dos estados e municípios, sobretudo nas causas do endividamento, e está em condições de apresentar um relatório consubstanciado em pronunciamentos de pessoas envolvidas na área - disse Patrocínio.

O senador acrescentou que governadores e secretários de

Planejamento de estados e municípios também forneceram sugestões e subsídios "altamente importantes, no sentido de que se possa encontrar uma solução definitiva para a questão, que parece cada vez mais preocupante".

Historicamente todas as negociações das dívidas estaduais, na opinião dele, não passaram de mero paliativo.

- Estamos diante de uma bomba de efeito retardado que pode explodir a qualquer momento.

Bezerra pensa em reforma mais ampla

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defende a reforma ampla do Estado brasileiro, sob o argumento de que é inadmissível a absorção, pela União, de 60% dos recursos arrecadados, distribuindo praticamente nada às administrações estaduais e municipais.

Relator da Comissão Especial Temporária que trata do endividamento dos estados e municípios, Carlos Bezerra disse que "o modelo atual do Estado

está exaurido, falido, e não adianta querer curar uma doença crônica dando apenas aspirina ao paciente".

- Não há dúvida de que a partir da Constituição de 88 os governos estaduais e municipais conseguiram algumas conquistas, mas devemos reconhecer também que essa mesma Constituição transferiu mais ônus do que bônus aos municípios, cuja situação, se já era difícil, agora está pior -

afirmou.

Carlos Bezerra responsabilizou as lideranças por não estar em andamento uma transformação profunda do Estado brasileiro.

"Fala-se em reforma de muita coisa, mas o que se precisa é de reforma ampla. É preciso fazer um desmonte, porque é um absurdo o modelo que aí está; um modelo de Estado novo é o caminho", enfatizou.

Prefeitos pleiteiam renegociação das dívidas

O presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), deputado Welson Gasparini (SP), disse ontem na Comissão Especial Temporária que examina o endividamento dos estados e municípios que "a situação financeira das 5.507 prefeituras de todo o país é caótica e os prefeitos esperam alguma solução por parte do Senado Federal". Ele pediu aos senadores para que colaborem no sentido de que o governo federal renegocie as dívidas dos municípios.

Em nome do Movimento Municipalista Brasileiro, o deputado afirmou que as prefeituras atravessam uma fase das mais difíceis de todos os tempos e que "o desequilíbrio nos orçamentos municipais é por causa das mesmas coisas que interferem nas administrações estaduais". Gasparini disse que o governo federal renegociou a dívida externa e a dívida dos estados, e que as prefeituras desejam o mesmo tratamento.

O presidente da Associação Mineira de Municípios, Edison Soares, por sua vez, disse que, dos 853 municípios de Minas Gerais, 759 estão sobrevivendo apenas do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Após salientar que a reforma do Estado deve começar pela reforma tributária e administrativa, ele manifestou discordância em relação

a algumas medidas governamentais.

Soares, que é do PSDB, disse que a Constituição de 88 trouxe ganhos e conquistas para os municípios mas, ao longo do tempo, medidas circunstanciais e casuísticas até, como o FEF, acabaram por provocar sério desequilíbrio nas finanças municipais.

- Sou governista, mas reconheço que não há sentido em criar o FEF para bancar o déficit da União com recursos dos municípios, principalmente num momento em que o país se encontra com a economia estável. O governo deveria discutir a reforma tributária, que corrigirá a concentração de renda.

Já o presidente do Ibam (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), Carlos Alberto de Oliveira, se disse amplamente favorável à reforma tributária conforme sugestão apresentada pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Os técnicos do TCU, Raimundo Nonato Gomes e Tito Belchior, por sua vez, informaram que um dos aspectos econômicos que vem "reiteradamente" sendo destacado nos relatórios de contas do governo, desde 1993, é o endividamento estadual e municipal.

Senador diz que São Paulo e Rio já receberam, respectivamente, 14% e 17% dos recursos previstos, enquanto a Paraíba teve só 3%

Governo discrimina ao liberar verbas, denuncia Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento, criticou ontem, da tribuna do Senado, a "discriminação" praticada pelo governo federal no repasse de verbas orçamentárias para os estados.

Conforme o senador, enquanto estados como São Paulo e Rio de Janeiro já receberam, respectivamente, 14 e 17 por cento dos recursos programados no Orçamento de 97, a Paraíba recebeu até agora apenas três por cento e o Amapá, nada. Ele disse que, "faltando pouco mais de três meses para o final do exercício, dificilmente os estados conseguirão receber todos os recursos que haviam sido programados no Orçamento".

Suassuna alertou os senadores para "a necessidade de providências contra essas disparidades, pois todos seremos coçados mais tarde". Na sua



Suassuna reclama equidade

opinião, "não há justificativa plausível para essas discrepâncias tão grandes entre os repasses feitos para uns e outros estados, a não ser alguma discriminação".

Com base em dados oficiais, o senador informou ainda que, enquanto o Distrito Federal já recebeu 12 por cento das verbas programadas, Mato Grosso teve apenas quatro por cento e

Mato Grosso do Sul somente dois por cento. No Nordeste, o Ceará já recebeu 13 por cento dos recursos programados; a Bahia, 12 por cento; e a Paraíba, três por cento.

Em apertados, os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Bernardo Cabral (PFL-AM) apoiaram o pronunciamento do senador paraibano, e lembraram o dispositivo constitucional (artigo 43) que prevê a correção de disparidades regionais a partir de transferências orçamentárias orientadas com essa finalidade.

Ainda em aparte, o senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) também apoiou a manifestação de Suassuna e destacou as melhorias das técnicas e da metodologia de elaboração do Orçamento federal pelo Congresso, apontando a execução orçamentária como o maior problema a equacionar. O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) também apartou em solidariedade ao pronunciamento.

Outros cursos, além dos de Medicina, podem agora usar cadáveres em pesquisa

Não só os cursos de Medicina, mas também os de Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, Educação Física e Fonoaudiologia poderão receber cadáveres para pesquisa de caráter científico. O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto da Câmara modificando a lei que dispõe sobre a utilização de cadáveres não reclamados para fins de estudo ou pesquisa científica.

Com a nova redação, os cadáveres não reclamados em 30 dias serão encaminhados às "instituições de ensino superior que mantenham cursos de ciências da saúde". Pelo substitutivo aprovado, apenas poderão receber cadáveres para ensino e pesquisa instituições de ensino e cursos previamente credenciados e



Jáder manda propostas à CCJ

que atendam aos requisitos da autoridade sanitária da unidade federada em que se encontram.

Subemenda de Benedita da Silva (PT-RJ) determinou que a distribuição de cadáveres não reclamados levará em conta os cursos de ciências da saúde oferecidos, o número de alunos de cada um deles e a relevância dos estudos e pesquisas efetuadas pelos mesmos.

SÃO FRANCISCO

Na mesma sessão, o Senado aprovou substitutivo a projeto de iniciativa da Comissão Especial Temporária do Vale do São Francisco, criando o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica desse rio.

O Senado decidiu devolver para a Comissão de Assuntos Sociais, com caráter terminativo, o projeto que institui o Programa Nacional de Re florestamento de Encostas, a cargo do Ibama. A pedido de Jáder Barbalho (PMDB-PA), foram devolvidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania propostas de emenda constitucional destinadas a alterar os limites da ineligibilidade imposta a cônjuges e parentes consanguíneos do presidente da República, governadores e prefeitos.

Campos defende a conclusão de obras em MT

Júlio Campos (PFL-MT) pediu ontem apoio para pedido de autorização de empréstimo orçamentário já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que concede ao seu estado a quantia de R\$ 55,4 milhões destinada à conclusão de obras, entre elas, cerca de 125 pontes, segundo afirmou, necessárias à estrutura viária de Mato Grosso. A matéria deverá entrar em votação no plenário a partir da próxima semana.

Campos também registrou a participação de uma delegação de senadores na Conferência Interparlamentar, no Cairo, Egito, entre 11 e 16 deste mês, e ressaltou o apoio do Brasil à luta pela liberta-



Campos: apoio a empréstimo

ção do Timor Leste, ocupado pela Indonésia. O senador enfatizou que, em 25 anos de lutas, já morreram 300 mil timorenses.

A delegação do Senado foi integrada por Júlio Campos, Geraldo Melo (PSDB-RN) e José Agripino (PFL-RN) e chefiada por Guilherme Palmeira (PFL-AL).

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 8h - Debate entre o senador Romeu Tuma (PFL-SP) e o deputado federal Jair Bolsonaro (PPB-RJ) sobre a tramitação de projeto do Executivo que reduz a pena para crimes hediondos e sobre a participação de policiais militares nesses crimes (inédito)
- 9h30 - Entrevista com o senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre a política econômica do governo FHC, a candidatura do presidente Fernando Henrique à reeleição e o lançamento de candidato do PMDB à Presidência da República (reapresentação)
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça (ao vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Econômicos - audiência com o presidente da Petrobrás, Joel Mendes Rennó, sobre o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro (pré-gravado)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h40 - Sessão plenária (reapresentação)
- 1h - Debate entre o senador Romeu Tuma e o deputado federal Jair Bolsonaro (reapresentação)
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 15h15 - "Plenário em Revista"
- 15h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

SISTEMA RADIOSAT DIGITAL: a programação da Rádio Senado FM já está no Satélite B2 da Embratel. A frequência de recepção local é 1.465,600 Mhz em Banda L.

Senador lembra queixas da Igreja e do Movimento dos Sem-Terra para recomendar ao presidente da República mais atenção

Odacir aconselha FHC a ouvir críticas da sociedade

O senador Odacir Soares (PTB-RO) recomendou ontem ao presidente Fernando Henrique que não feche os ouvidos às críticas feitas por alguns setores da sociedade, sob pena de isso vir a se tornar "pedra de tropeço" ao seu projeto de reeleição.

Para o senador, o governo não terá seu prestígio e sua autoridade em nada reduzidos se acatar ponderações a determinados projetos.

Como exemplo, ele citou os questionamentos feitos pela Igreja em relação à ênfase dada a projetos econômico-financeiros em detrimento de



Odacir: riscos ao projeto da reeleição

programas da área social; ou mesmo à rapidez com que o governo socorre instituições financeiras falidas, em contraste com o descaso explícito com a sorte dos excluídos. Repetiu também as queixas de lideran-

ças dos servidores públicos ao aumento diferenciado dado à categoria: todos devem ser ouvidos, na opinião do senador.

Odacir Soares considera que, mesmo quando as ponderações vêm de partidos de oposição radical, não há razão para serem desconsideradas. Depois de lembrar as críticas recentes feitas pelo líder do MST, João Stédile, o senador afirmou que o último relatório sobre reforma agrária produzido pelo FMI "parece abonar as palavras dos sem-terra". O relatório citado pelo senador diz que, embora o Plano Real tenha reduzido a pobreza nos últimos anos, se não houver mudanças na política educacional e na distribuição de terras, o governo não conseguirá produzir melhorias substanciais daqui por diante.

Alcântara responde a colunista que abordou a nova Lei Eleitoral

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) reafirmou, em carta enviada ao jornalista Jânio de Freitas, as posições por ele defendidas na tribuna do Senado e no relatório que elaborou ao projeto de Lei Eleitoral. A postura assumida, segundo assinalou, refletiu o que considerou mais adequado "ao processo de democratização do Brasil". Na correspondência, o senador responde a críticas contidas na coluna do jornalista publicada na edição do último dia 14 da *Folha de S. Paulo*.

-Assumo as posições e opiniões que manifestei. Delas não me envergonho. Não fui sectário. Não defendi posições de interesse partidário. Agi, como sempre, com espírito democrático e intuito de aprimorar a proposição que me coube relatar - disse o senador, enfatizando que, ape-

sar de pertencer ao partido que é governo, acolheu, na íntegra, 32 emendas de senadores de diferentes partidos, muitos deles líderes da oposição.

Argumentando que muitas vezes votou contra as orientações do governo, Lúcio Alcântara declara na carta, cujo texto leu em plenário: "Construí minha reputação pela minha independência. Sou do partido do presidente da República, mas não sou dos áulicos, não sou dos frequentadores assíduos dos palácios e dos gabinetes presidenciais".

O senador refutou alegações frequentes de que a legislação eleitoral é casuística e que se-



Alcântara: no partido, sem ser áulico de FHC

riam necessários mais tempo e mais experiência para discutí-la. Alcântara argumentou que as disposições da nova Lei Eleitoral já estão em vigência em outros países onde o processo de reeleição está consolidado.

Tuma saúda normas para automação das aduanas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou que através de portaria publicada no *Diário Oficial* de ontem a Secretaria da Receita Federal (SRF) estabeleceu as normas gerenciais de instalação de controle automatizado de vigilância aduaneira. Trata-se, a seu ver, de importante passo no contexto das relações de comércio internacional do país.

A portaria, conforme o senador, dispõe ainda sobre a execução de contrato de empréstimo entre a Receita e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e estabelece as normas de gerenciamento do projeto em que os recursos serão aplicados.

Além da automação da vigilância aduaneira, o projeto da SRF financiado pelo BID abrange a implementação de infra-estrutura e rede de comunicação de dados e dos



Tuma: bom para o comércio

sistemas integrados de Informações Econômico-Fiscais (Sief) e de Comércio Exterior (Sisco-mex).

Romeu Tuma também registrou sua posição favorável, no âmbito da reforma previdenciária, à "possibilidade de a magistratura enviar um projeto ao Legislativo dispendendo sobre a forma de aposentadoria a que os juízes farão jus". Na sua opinião, a Justiça deve ser prestigiada e, caso haja abuso ou privilégio, "o Legislativo os rejeitará".

Suplicy insiste nas nomeações do BC

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reiterou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pedido para que sejam feitas as retificações necessárias quanto à nomeação dos diretores do Banco Central Demosthenes Pinho Neto e Sérgio Darcy Alves. Suplicy quer que sejam especificados os cargos para os quais os escolhidos, já sabatinados na CAE, foram nomeados.

O senador esclareceu que o Regimento Interno estabelece que os indicados para postos na diretoria do Banco Central devem ser ouvidos "sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado".

- Ora, sem que sejam esclarecidos quais os cargos a serem ocupados, não é possível qualquer sabatina sobre "assuntos pertinentes ao desem-



Suplicy: à revelia do Regimento do cargo", pois não se

pode saber quais são eles e quais os assuntos que lhes são pertinentes - justificou.

Na direção dos trabalhos da sessão, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que vai estudar a sugestão de Suplicy e resolver o que é melhor para a Casa.